

## A IDEOLOGIA DA MISÉRIA: CATEGORIAS PARA ANÁLISE DO DISCURSO NEOLIBERAL JUNTO AO CAPITAL COMUNICACIONAL

Alexsandro Teixeira Ribeiro\*

### Introdução

Na medida em que representa uma posição de classe e desempenha um papel de publicização e enquadramento de discursos, o capital comunicacional<sup>1</sup>, entendido aqui como a generalização do conjunto de jornais e veículos jornalísticos, atua de modo a garantir os interesses das classes dominantes na sociedade. Com isso, entendemos que ele assume uma função de ferramenta ideológica, ou seja, um instrumento de reprodução do poder de classe, sobretudo diante de um cenário de ampla mediação da realidade.

A informação jornalística e a realidade apresentada, são resultantes de uma série de condicionantes que integram um complexo processo da produção da notícia, desde a definição ou enquadramento do fato ou acontecimento como algo de interesse público, até a organização e empacotamento para comercialização e consumo final. A notícia assim, é resultante das lógicas internas institucionais, como processo de produção e linhas editoriais da empresa, bem como de constrangimentos externos, como ações econômicas e políticas.

Nossa proposta de estudo segue da perspectiva da imprensa como parte mais dinâmica da superestrutura ideológica, focada no desenvolvimento do domínio ideológico essencial ao bloco hegemônico na sociedade. Portanto, são instrumentos essenciais para a perpetuação da hegemonia da classe dominante, considerando que esta mesma classe busca deter a

---

\* Doutor em Sociologia pela UFPR, mestre em jornalismo pela UEPG. É pós-doutorando junto ao PPGINF da UFPR, e professor nos cursos de Bacharelado em Jornalismo e Publicidade e Propaganda do Centro Uninter. [alexsandrotibeiro@gmail.com](mailto:alexsandrotibeiro@gmail.com)

<sup>1</sup> Para fins de orientação, usa-se ao longo do presente trabalho o conceito de capital comunicacional pela abordagem de Viana (2020) e Braga (2016), que percebem o capital como aquele resultante do investimento capitalista em empresas do setor da comunicação, sendo a imprensa um destes investimentos ou uma destas áreas dentro do capital comunicacional. Assim, o capital comunicacional é resultante do processo de concentração midiática no contexto do capitalismo na era da acumulação integral. “O capital comunicacional não é apenas estabilizado da sociedade capitalista, mas também reproduzidor de suas contradições. Os meios oligopolistas de comunicação não são neutros e servem aos interesses do capital” (VIANA, 2020, p.65). Fundamental destacar, portanto, que o conceito não abarca apenas a ideia de imprensa ou ainda uma leitura tradicional dos meios de comunicação de massa a partir de uma ideia de veículos de informação. Oras, faz-se mister reforçar que se constituem como arenas de luta pelo poder, pelas quais diferentes atores sociais buscam legitimar seus discursos. Como aponta Viana, o capital comunicacional faz parte do circuito “de produção e reprodução do capitalismo, são mercadorias que são produzidas visando lucro e que são acessíveis apenas aos portadores de capital para adquiri-los. Assim, os meios tecnológicos de comunicação são mercadorias que geram lucro para determinados setores do capital e que são meios de produção para os outros setores do capital, que compõem o setor das empresas de comunicação (VIANA, 2020, p.34).

“propriedade dos meios de produção, as tecnologias e a infraestrutura logística, projetando-se como gestores de processo de produção material e imaterial” (MORAES, 2019, p.39). Na classificação dos aparelhos ideológicos, cada instituição como Escola, Igreja etc. atua de forma complementar às outras instituições ou aparelhos ideológicos de forma a colaborar para a reprodução dos moldes de produção capitalista. Assim, a imprensa integra o aparelho de Estado da Informação, visto que sua função é a de reforçar o poder das classes a partir de “doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo etc” (ALTHUSSER, 1978, p.63). Oras, neste aspecto, percebe-se sua instrumentalização pelas classes dominantes para operar discursos que buscam reproduzir o poder e os interesses destas classes. O que buscamos propor aqui, a partir desta base de leitura da imprensa, é sistematizar um conjunto de categorias para observar e mapear as estratégias discursivas da imprensa nesta reprodução de poder. Contudo, não é um conjunto generalista de categorias, mas um quadro que apresente ferramentas para mapeamento de um discurso específico na imprensa, o de defesa dos ideais neoliberais. Ou seja, a proposta aqui, com base no referencial teórico acerca do conceito de neoliberalismo, é organizar uma tabela com categorias que possam balizar estudos de análise do discurso neoliberal operado pelo capital comunicacional.

Em um panorama geral histórico, vamos perceber a gênese do conceito de neoliberalismo surgindo a partir de uma conferência realizada em Paris, entre os dias 26 e 30 de agosto de 1938, intitulada Colóquio Walter Lippmann (DARDOT, 2016; LAVAL, 2020; MARIUTTI, 2021). Organizado pelo filósofo francês, Louis Rougier, o evento reuniu grandes nomes do liberalismo da época, e que viriam a ser conhecidos como os pais do neoliberalismo, como o próprio conferencista principal do evento, o jornalista Walter Lippmann, bem como Raymond Aron, Jacques Rueff, Wilhelm e os pensadores da Escola Austríaca, Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, que viriam a fundar anos depois, em 1947, a instituição Sociedade Mont Pèlerin.

O evento em Paris ocorre em meio a um cenário de crise do liberalismo no mundo, na década de 1930, e apresenta como tema principal justamente discutir os alicerces do liberalismo, em contraponto à ascensão de modelos e regimes totalitários, a partir de uma “refundação teórica da doutrina liberal e se dela não se deduzir uma política liberal ativa, que evite os efeitos negativos da crença metafísica no *laissez-faire*” (DARDOT, 2016, p.75), considerando então que parte da crise econômica da época era depositada no liberalismo clássico e no dogma do *laissez-faire*.

Na percepção de Lippmann, o antigo *laissez-faire* não daria conta de uma sociedade com uma indústria moderna com um modelo de consumo acelerado, que resultaria em uma

corrosão do modo de vida e dos laços comunais. Assim, o equívoco foi pensar que os homens dariam conta de se ajustarem neste estilo de vida de forma espontânea em um ambiente orientado pela evolução constante econômica como princípio. Neste viés, o erro central estaria na total confiança de que a ordem econômica deveria se estabelecer de forma independente da política ou das instituições sociais não dando a dimensão do funcionamento do mercado, como se a economia se organizasse como um mundo ou realidade à parte do mundo regido pelo direito (DARDOT, 2016, p.75). Desta forma, a saída para o liberalismo recairia na “criação de novas instituições e de uma grande política destinada a criar um novo homem, capaz de se adaptar às exigências da sociedade industrial” (MARIUTTI, 2021, p.9).

Na década de 1970, a partir do Chile, Estados Unidos e Inglaterra, começamos a perceber com maior nitidez os desenhos de gestão gestados a partir do Colóquio Walter Lipmann e da Sociedade Mont-Pèlerin, sobretudo pela batuta do economista Milton Friedman, um dos participantes da reunião inicial da Sociedade Mont-Pèlerin e posteriormente principal nome da Escola de Chicago, corrente de pensamento econômico que defende o livre mercado e se coloca em contraposição à regulamentação da economia. O neoliberalismo foi se consolidando como uma proposta econômica e de estado que prima pela total liberdade de mercado e do setor privado em detrimento às políticas de bem-estar social e de regulamentação da economia pelo estado. O foco é pela redução e limitação do poder do estado diante da economia, abertura do mercado entre países, propostas de busca pela eficiência do estado pela privatização e inexistência de controle de preços, sendo que a sustentação da economia se dá pela livre circulação de capitais internacionais diante de uma total desburocratização do estado.

Nestes países indicados anteriormente (nos governo conservadores de Augusto Pinochet no Chile em 1970 ainda que de forma incipiente e como uma forma de preparar o terreno para o neoliberalismo que se instalaria na América Latina após década de 1990) na década de 1980 com Margaret Thatcher na Inglaterra Ronald Reagan nos Estados Unidos, há uma aplicação das premissas do neoliberalismo a partir de um questionamento da regulação keynesiana macroeconômica, da “propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados” (DARDOT, 2016, p.184). Mapeando a forma como o Estado Neoliberal é implantado nestes países Klein (2008) observará como ferramentas de acesso e de convencimento da sociedade sobre a urgências de políticas de estado mínimo as crises econômicas e/ou políticas, catástrofes ambientais e outros cenários de desnorreamento social. O que vem na sequência do que é denominado pela jornalista como Doutrina do Choque (KLEIN, 2008) é a instauração de uma

política econômica de desmantelamento de direitos sociais e demolição do Estado Integracionista (VIANA, 2009).

Algumas destas medidas dariam contornos às políticas econômicas fomentadas por instituições como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacionais, sobretudo a países em desenvolvimento ou com dificuldades econômicas que viriam recorrer a financiamentos internacionais. Tais medidas constam no Consenso de Washington, termo criado pelo economista John Williamson (1990) em um texto que buscou sintetizar os conselhos políticos das instituições econômicas aos países da América Latina. O documento passou a ser usado como tábua de salvação pelas instituições como o FMI e Banco Mundial – destaca-se que tais recomendações passaram a ser requisitos básicos e obrigatórios para que os países buscassem financiamento estrangeiro e empréstimos internacionais, sobretudo ancorados por tais instituições - para países em situação de crise como fórmula mágica para garantir desenvolvimento econômico.

As propostas neoliberais do Consenso de Washington (WILLIAMSON, 1990, p.252) indicavam dez reformas a serem adotadas pelos países: disciplina fiscal a partir de limite de gastos públicos; redução de gastos públicos tanto a partir de medidas de cortes de investimentos, quando pela redução da máquina estatal a partir de privatizações; realização de reforma tributária com postura de menor taxação possível de imposto; controle de juros e consequentemente da inflação; atuar no mercado externo com câmbio de mercado; abertura comercial; permitir investimento estrangeiro direto; promover a redução do estado a partir de privatização entregando à iniciativa privada; promover a desregulamentação ou a flexibilização de leis econômicas e trabalhistas; e garantir o direito à propriedade intelectual.

Conforme destaca Bresser-Pereira (1991), as primeiras reformas do consenso indicam a promoção de ajustes fiscal e de políticas para garantir o desempenho do mercado, e as últimas estariam vinculadas à forte redução do estado. Desta forma, a abordagem do consenso pressupõe as crises dos países – sobretudo os latino-americanos- partindo de um aumento do estado com política protecionista, ineficiência estatal e excesso de regulação; e de uma incapacidade de controle do déficit público a partir de posturas populistas econômicas. Desta forma, pela perspectiva do consenso, as reformas de curto prazo buscariam dirimir o populismo econômico e garantir o equilíbrio fiscal, enquanto que, a médio prazo, ou ainda de forma estrutural, buscariam “adotar uma estratégia de crescimento *Market oriented*, ou seja, uma estratégia baseada na redução do tamanho do Estado, na liberalização do comércio internacional e na promoção das exportações” (BRESSER-PEREIRA, 1999, p.4).

Para apresentar a construção do quadro de categorias de elementos do discurso neoliberal, seguimos para uma proposta de leitura que evidencia o aspecto instrumental das empresas capitalistas de comunicação como ferramenta de reprodução do poder da classe dominante na sociedade. Este poder se manifesta no campo ideológico, e aqui evidenciamos ele a partir do discurso, propondo o uso da Análise Crítica do Discurso (ACD) como uma ferramenta metodológica para observar os fenômenos ideológicos nos jornais. O quadro de categorias do discurso neoliberal que propomos é resultante de uma leitura do conceito de neoliberalismo a partir de três autores aqui percorridos: Foucault, Bourdieu e Marx. Ao final do presente trabalho, apresentaremos os aspectos na literatura que nos orientaram para a construção do quadro de categoria para análise dos elementos do discurso neoliberal na imprensa.

### **PODER MUDIÁTICO, DISCURSO E IDEOLOGIA**

O recorte da realidade abordado pela imprensa é operado interna ou externamente no processo de produção da notícia, atende uma dupla influência na sociedade. A primeira, é a de constituir um discurso de veracidade que tende a considerar seus conteúdos veiculados como temas de extrema relevância e de interesse público. Considerando a quantidade diária de acontecimentos que podem desempenhar graus de relevância na vida ou interesse do cidadão consumidor de notícias, as decisões internas ou externas do jornal sobre o que é veiculado e o que fica de fora da atenção midiática normatiza socialmente o que se constitui como relevante, e até como existente, uma vez que a não visibilidade de determinados acontecimentos leva-o ao desconhecimento de uma parcela da sociedade (TUCHMAN, 1983). O segundo aspecto, na medida em que a notícia é resultante de uma série de condicionantes, é realizar um recorte de realidade a partir de um enquadramento que opera uma posição de classes.

Oras, aqui se concentra o foco da nossa atenção, ao observar como a empresa capitalista de comunicação se consolida como uma ferramenta que reproduz o poder na sociedade pela seleção de acontecimento e pelo seu enquadramento e caráter discursivo da narrativa destes acontecimentos. Isso ocorre na medida em que há uma instrumentalização da imprensa como um veiculador da ideologia dominante, considerando que esta é afirmada em todos os níveis sociais (MÉSZÁROS, 2004). Neste aspecto, o interesse dos donos do capital comunicacional busca preservar o status quo a partir da ideologia abordada reiteradamente pelos instrumentos das empresas capitalistas de comunicação, percebendo esta ideologia não como uma “ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZÁROS, 2004, p.65).

Na lógica das rotinas produtivas e da informação como um produto manipulável pelo capitalismo, a notícia e os demais conteúdos veiculados nos jornais, portanto, são passíveis de sofrerem alteração a partir da pressão institucional, política ou econômica nas rotinas produtivas. Algo que abordaremos ainda aqui é como, dentro do texto, o discurso é manifestado na imprensa com objetivos de formar opinião a partir da ideologia veiculada pelo jornal. O discurso é um plano de ação do capital comunicacional diante da sociedade, ou ainda, a forma como opera a ideologia e desempenha seu papel na reprodução do poder na sociedade. Nesta perspectiva, o discurso nos jornais e o pressuposto do papel social do jornal como uma instituição que desempenha um papel de interesse público, usa principalmente a opinião no jornal como uma ferramenta de construção ideológica. Como o “cavalo de Troia de Ulisses, a opinião permite infiltrar-se sem arrombar as mentes. Assim como o presente recebido pelos troianos não é percebido como perigoso, mas como aquela do senso comum – ela parece inofensiva” (GUILBERT, 2020, p.74).

Uma postura metodológica que permite acessar o discurso a partir de procedimentos científicos é a Análise de Discurso, que pode se consolidar tanto como um campo de estudo da linguística, quanto um aparato de inferência e de análise de textos e de narrativas. Nossa proposta é a de uso como ferramenta dentro do campo da sociologia. Para tanto, uma corrente dos estudos de análise de discurso que dialoga com nossa proposta é a de Análise Crítica do Discurso (ACD), uma abordagem da Análise de Discurso que permite uma abordagem de leitura de uma estrutural social, ou seja, o discurso não apenas como um recurso meramente textual, mas como um “modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2019, p.91)<sup>2</sup>.

O linguista britânico Norman Fairclough (2019) é um dos precursores da ACD, e apresenta uma proposta de análise a partir de uma leitura tridimensional abordando o discurso como texto, como prática discursiva e como prática social. Para Dijk (2023.), a ACD é uma investigação analítica discursiva, que busca observar as dinâmicas e fluxos de poder, a forma como são representadas as estratégias de dominação, bem como sua reprodução a partir de textos (orais e escritos) dentro do seu contexto social. Assim, com “essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito

---

<sup>2</sup> Pra fins de orientação, reconhecemos o caráter de leitura social para além da abordagem linguística ou textual em outras correntes de Análise de Discurso. A escolha pela corrente de Análise Crítica do Discurso, portanto, deve-se a trabalhos anteriores realizado a partir do instrumento metodológico.

e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social” (DIJK, 2023, p.113).

A proposta da tríade de Fairclough permite uma abordagem multifuncional para perceber as lógicas contextuais do discurso promovido a partir dos textos informativos e opinativos dos jornais, foco do uso do quadro de categorias que surge a partir do presente trabalho. Para Fairclough (2019), a primeira questão da tríade, a de análise textual, resulta de uma leitura sobre as questões do léxico, do vocábulo e sobretudo da estrutural textual indicada no aparato de narrativa em análise. São observados elementos como coesão, os sentidos do texto, tempos verbais, conectivos e outras estruturas linguísticas percebidas no texto. Como destaca o autor, a “análise textual pode ser organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual” (FAIRCLOUGH, 2019, P.135).

Neste aspecto, é possível observar tais elementos a partir de uma escala ascendente, considerando que o vocabulário foca elementos individuais, como as palavras; a gramática abrange esta leitura para a composição das palavras em palavras combinadas e frases; a coesão foca na percepção da conexão destas frases em um texto com determinada orientação; e por fim, a estrutura textual dá conta de subsidiar a leitura sobre as características em larga escala dos textos.

Já na prática discursiva, a análise desloca o ponto de vista dos aspectos internos do texto para os relativos ao consumo, aos processos produtivos ou ainda à circulação do texto. Para Fairclough (2019), o discurso pode variar na medida em que os textos são resultantes de distintos cenários de produção e circulação, e conseqüentemente são influenciados ou provenientes de fatores sociais. Como exemplo, o pesquisador destaca os artigos de jornais, que são produzidos a partir de uma rotina interna e externa no jornal, com uma atuação coletiva a partir do repórter, do editor e de uma série de outros profissionais que desempenham funções de ajuste direto no texto.

O fechamento da abordagem tridimensional vem com o discurso como prática social. Neste aspecto, as abordagens se ampliam para analisar o contexto geral do texto tanto nas suas internalidades quanto nos espaços de circulação e no ambiente de produção. Ao se aprofundar nesta dimensão da análise, Fairclough (2019, p.116) destaca dois conceitos que são importantes para esta leitura: ideologia e hegemonia. Assim, esta terceira dimensão extrapola a leitura do texto publicado ou ainda os ambientes, buscando observar na manifestação social o interesse dos elementos ideológicos e hegemônicos que buscam ser naturalizados na ação discursiva. Para Fairclough (2019), a prática social do discurso sofre influências das ideologias permeadas nos contextos sociais. Destaca-se a partir disso o processo de reforço da postura hegemônica



dos grupos dominantes pelo discurso. Neste aspecto, como aponta o pesquisador, o conceito de hegemonia é caro na medida em que concebe ao discurso ideológico uma matriz de análise da prática social (como o discurso produz, reestrutura ou ainda como desafia ou corrobora as hegemonias existentes).

### **Neoliberalismo a partir das perspectivas de Foucault, Bourdieu e do marxismo**

Para estabelecermos as categorias de análise do discurso jornalístico acerca do neoliberalismo, propomos uma leitura a partir de três perspectivas teóricas: foucaultiana, bourdieusiana e de interpretação marxista. A leitura de Michel Foucault sobre o neoliberalismo é mais aprofundada e evidente a partir de 1979 no curso ministrado no Collège de France, e que resultaria no livro *O Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2022). No curso/obra, Foucault busca analisar os mecanismos de poder, sobretudo na política e na ótica do governo dos corpos. A lógica que acompanha o desenvolvimento das aulas e da obra indicada de Foucault, é a de um contexto em que não é a razão de estado que é determinante, mas sim uma razão governamental que pressupõe uma limitação deste estado, como uma base de contraponto ou de ojeriza ao domínio ou pressão governamental a partir do estado.

Par o filósofo, a saída da Idade Média, com a formação das sociedades e cidades complexas, buscaram um aumento das regras e do controle da vida para estabelecimento de uma forma de socialização e educação dos corpos, com a participação mais ativa na redução da mortalidade. Com isso, a lógica dominante era a do enriquecimento do estado para dar conta da formação da sociedade, o que também justificaria um crescimento físico relativo ao controle do espaço e dos limites deste Estado. Com o passar do tempo, o paradigma orientou uma mudança para aumento da produtividade, considerando que este crescimento do estado acarretaria no comprometimento da sua capacidade de gerir e que isso resultaria em seu enfraquecimento.

Oras, isso pressiona para uma leitura de que existem práticas que não estão no arcabouço ou interesse como atividades do Estado. Neste aspecto, o liberalismo seria a resposta dada às crises resultantes do inchaço do estado. Como sintetiza Batista (2019, p.145), passa-se de um questionamento sobre como fazer valer a vontade do rei no território, para considerar posteriormente formas de tornar producentes as atividades ao comércio, e por fim, desembocaria em um questionamento sobre como governar com melhor eficiência a população. Ou seja, a partir do século XVIII, começa em evidência a busca por um estado que permita à sociedade tornar-se mais produtiva. Percebe-se assim uma mudança no cenário de governar a sociedade, passando de governo positivista para o governo com estrutura técnica que busca explorar um processo de produtividade. Se a perspectiva não é mais um Estado volumoso com



forte intervenção, o paradigma é de um Estado com menor peso e ação ou com menor espaço de intervenção na vida das pessoas.

Nesta lógica, um estado que se expande, é aquele que se torna ineficiente e pesado à sociedade, sendo o ideal não o predomínio da sua vontade, mas a dos indivíduos, portanto, um estado que vai ser “assegurado pelo comportamento de cada um, contanto que o Estado, contanto que o governo saiba deixar agir os mecanismos do interesse particular, que estarão assim, por fenómenos de acumulação e de regulação, servindo a todos” (FOUCAULT, 2008, p.466). A primazia da economia diante das liberdades. E de fato há, ao longo do liberalismo clássico, um crescimento do cenário econômico e uma ruptura do estado com o mercado, ampliando a independência desta diante daquele.

Contudo, este reinado do *laissez-faire* resultaria em ampliação de oligopólios e monopólios, em protecionismo de mercado, em forte atuação dos capitalistas sobre o mercado, o que prejudicaria o projeto de um menor intervencionismo. Soma-se a isso as crises do início do século XX, o surgimento de governos e propostas totalitárias, e o que temos é um cenário de leitura de crise do paradigma do liberalismo clássico. Como destaca Laval (2020, p.43), para Foucault, o neoliberalismo vai se formalizar a partir de uma variante do liberalismo surgido nos anos 1930 (é Foucault que vai realizar o resgate da genealogia do neoliberalismo remontando ao Colóquio Walter Lippmann, no início do século XX, quando outras leituras vão partir apenas da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947), com a preocupação de pensar o papel do estado não deslocado do mercado, mas encontrando a sua “legitimidade no bom funcionamento econômico da sociedade, ativando nela, para isso, a operação máxima do jogo da concorrência e, por consequência, aplicar a si mesmo tanto quanto possível esse mesmo mecanismo concorrencial”.

Mais que uma crise econômica ou do modelo de acumulação, o que se percebe, pela ótica de Foucault, é uma crise de governamentalidade, entendido como um conceito relativo ao regime de poder e de gestão da vida ou de poder. Como destaca o filósofo, há uma relação entre o conceito e a abordagem de poder, sendo que este termo designa um campo de relações que deve ser abordado por inteiro. Assim, reforça Foucault (2022, p.252), “propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder”. Oras, a resposta à esta crise, portanto, seria esta nova razão governamental, que se desenvolve entre a razão de estado e a razão de estado mínimo, considerando que não cabe mais ao governo limitar ou intervir nos interesses das pessoas, pois o governo se interessa apenas pelos seus interesses.

A nova razão deve se consolidar pelo interesse do indivíduo. Por isso, este sujeito neoliberal é conduzido a se comportar como uma empresa, buscando a maximização dos

investimentos, administrando melhor os inputs e outputs (LAVAL, 2020, p.69). Esta política e governamentalidade que pressiona para um panorama de competição, é aversa a um ambiente de promoção de políticas de distribuição de renda, ou ainda de fomento ao Estado Integracionista (VIANA, 2009). Esta é a leitura que se consolida na abordagem neoliberal, em que estas premissas keynesianas, que propõem em última instância um estado que interfere na economia e na condução da vida das pessoas, desempenha um efeito perverso de pressionar os indivíduos e agentes econômicos ao ócio.

E é esta uma das argumentações neoliberais que tende a ser repetida fartamente, estabelecendo uma associação da “segurança dada aos indivíduos à perda do senso de responsabilidade, ao abandono dos deveres familiares, à perda do gosto pelo esforço e do amor ao trabalho. Em uma palavra, a proteção social destrói valores sem os quais o capitalismo não poderia funcionar” (DARDOT, 2016, p. 211). Foucault vai se aprofundar nesta racionalidade neoliberal destacando uma leitura sobre duas linhas de governamentalidade que surgem a partir de 1930, à luz do Colóquio Walter Lippmann: o ordoliberalismo alemão, e o anarcoliberalismo austro-americano (considerando a Escola de Chicago e a Escola Austríaca). Alguns pontos de convergência apontado entre eles por Foucault (2022), e que resultam na nova razão ou no neoliberalismo na primeira metade do século passado, além da crise econômica, reforça-se o protecionismo econômico e alfandegário que foi se acirrando diante da voracidade do laissez-faire e do cenário de crise que foi se consolidando, a economia planificada, os regimes totalitários e intervencionistas, ou ainda as ações keynesianas.

Segundo Foucault, para os ordoliberalistas, influenciados por um cenário de planificação econômica na década de 1930, e em uma economia pós-guerra, depreciada a partir da República de Weimer, com monopólio afetando o mercado, bem como hiperinflação, não se busca necessariamente um rompimento total com o laissez-faire, sendo um princípio de concorrência fundamental para o mercado. Da mesma forma, não se prega um estado mínimo que seja ineficiente, ou que não tenha capacidade de atuar. Mas sim que este esteja em condições de estabelecer medidas e criar instrumentos e dispositivos que deem conta de fazer valer algumas normas jurídicas para o mercado, como por exemplo uma competição injusta.

Como reforça Foucault, não se trata de somente deixar a economia livre, mas sim delimitar até onde o poder pode se estender a poderes de informação políticos sociais da economia de mercado, sendo que o Estado deve, no máximo “intervir para impedir que essa concorrência seja alterada por este ou aquele fenômeno” (FOUCAULT, 2022, p.162), como o monopólio. Assim, para os ordoliberais, é necessário que o Estado governe para o mercado, e não por causa do mercado.

Este papel do estado, mesmo que para estabelecer regras justas para que os atores busquem a melhor performance na concorrência, para os anarcoliberalis (fortemente influenciados por Hayek e Ludwig Von Mises) deve ser eliminado. Assim, a bandeira máxima é a de negação ao intervencionismo, mesmo que jurídico, sendo uma corrente oposta ao intervencionismo. Os elementos de contexto principais que são usuais para o sustento do discurso neoliberal americano, segundo Foucault (2022, p.298) reside nas políticas do New Deal, que sintetiza os ideais keynesianos, resultantes de uma teoria econômica de oposição ao liberalismo, e com a centralidade do Estado desempenhando forte papel de controle da economia para evitar crises, retrações e garantir pleno emprego. Nisso, como reforça Foucault (2022, p.299), como contexto estão, evidentemente, todos os programas sobre a pobreza, “a educação, a segregação que se desenvolveram na América desde a administração Truman, até a administração Johnson, e através desses programas, claro, o intervencionismo de Estado, o crescimento da administração central etc”.

Assim, pode-se apontar ao menos quatro elementos desta nova razão governamental, ou razão neoliberal. Primeiro, a de que o discurso neoliberal não reforça a ideia de um mercado como estratégia natural, mas sim como uma realidade organizada a partir da sociedade e do mercado, e que, portanto, demanda de uma participação do Estado. O segundo aspecto é que o cerne do mercado não está na troca, mas sim na concorrência, resultante de um cenário de desigualdade. Como reforça Foucault (2022, p.74), os efeitos benéficos da concorrência serão “desigual e necessariamente repartidos entre um e outro, em benefício de um a custo do outro”.

O livre mercado demanda, necessariamente, um embate de concorrência como norma, e o Estado desempenha um papel de fiscalizador da concorrência, mas também está submetido à concorrência. Ou seja, não existe razão para “que o Estado seja exceção às regras de direito que ele próprio é encarregado de fazer aplicar. Muito pelo contrário, toda forma de auto isenção ou autodispensa de sua parte apenas o desqualificaria em seu papel de guardião inflexível dessas mesmas regras” (DARDOT, 2016, p.377). Da mesma forma como Foucault destaca que o indivíduo é forçado a se ver como uma empresa, o Estado também atua no neoliberalismo como uma empresa, competindo com o mercado. Por fim, o neoliberalismo alcança a relação entre os indivíduos consigo mesmos, com as regras de mercado sendo empreendidas para si, como uma empresa que deve gerir o seu capital e suas competência, com o objetivo de gerar benefício para si.

Partindo da leitura de Foucault e deste cenário da transformação do indivíduo em empresa nesta nova razão neoliberal, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han vai explorar o sujeito e as formas de consolidação do indivíduo em empreendedor de si. Neste aspecto, Han

indicará que este processo de indivíduo/empresa muda a lógica de um cidadão em consumidor, sendo que a sua liberdade na condição de cidadão é modificada para uma passividade do consumidor diante de um cenário de intensa concorrência, já que “entre empreendedores não existe amizade desinteressada” (HAN, 2018, p.12).

Se o mercado é livre, dentro do neoliberalismo, o indivíduo é preso dentro de uma ótica de consumo, sendo que a sensação de liberdade, segundo Han, é resultante de um relacionamento bem-sucedido, frutífero e com vantagens para o indivíduo frente a uma ótica de mercado. E o neoliberalismo desenvolveu ferramentas e estratégias extremamente eficientes de exploração da liberdade, considerando que tudo aquilo que pertence ao cenário de expressão de liberdade é explorado, como emoção, jogo, comunicação.

Assim, “explorar alguém contra sua própria vontade não é eficiente, na medida em que torna o rendimento muito baixo. É a exploração da liberdade que produz o maior lucro” (HAN, 2018, p.12). Até aqui, a leitura de Han não se distancia da de Foucault ao ler o neoliberalismo como uma forma de governamentalidade focada na primazia do mercado diante não apenas do Estado, mas dos indivíduos também. Contudo, a interpretação de Han sobre as amarras e formas de pressão do neoliberalismo vai se distanciando de Foucault na medida em que o filósofo sul-coreano indica que o autor de o “nascimento da biopolítica” não consegue avançar a leitura do neoliberalismo para além das questões física, ou seja, para além da exploração do corpo. Isso ao considerar a vinculação de Foucault, na leitura de Han, da biopolítica à forma disciplinar do capitalismo como uma forma de governamentalidade atrelada ao biológico, ou seja, atrelada ao corpo, como uma forma de gestão dos corpos.

O poder disciplinar, na interpretação de Han sobre Foucault, é de que a biopolítica se ocupa na gestão da população como massa de produção e reprodução, e que a biopolítica, portanto, atenderia a gestão, obediência e regramento dos corpos, quando o neoliberalismo assume estratégias não de dominação dos corpos, mas das mentes. Assim, reforça Han (2018, p.40), a biopolítica “está fundamentalmente associada ao biológico e ao corporal. Em última instância, trata-se de uma política dos corpos em sentido amplo. O neoliberalismo como forma de evolução ou mesmo como mutação do capitalismo não se preocupa primariamente com o biológico, o somático, o corporal”. Na percepção de Han sobre as estratégias do neoliberalismo na atualidade o corpo deixa de ser um aspecto central, sobretudo como força produtiva. Desta forma, este disciplinamento do corpo, predominante em Foucault, passa a não dar conta de uma otimização mental.

A forma sutil de dominação do neoliberalismo não se daria de forma direta, segundo Han (2018, p.44), mas sim a partir de um contexto em que o indivíduo internaliza a dominação,

sendo que este “estreitamento entre liberdade e exploração na forma de exploração de si escapa ao pensamento de Foucault”. Da mesma forma, a crítica de Han alcança qualquer outra abordagem de dominação do corpo ou da estrutura física, como se o neoliberalismo alcançasse uma forma de domínio a partir da psiquê do indivíduo.

Assim, parte da defesa de que a leitura sobre a doutrina de choque (KLEIN, 2008) de dominação negativa, passa a dar espaço para uma dominação positiva a partir de um aspecto de fomento ao consumo de si pelo indivíduo pela perspectiva psicopolítica neoliberal, sendo “uma política inteligente que busca agradar em vez de oprimir” (HAN, 2018, p. 52). Na perspectiva de Han, a técnica de manifestação do poder neoliberal não é repressiva ou proibitiva, mas sim permissiva e projetiva. O “consumo não se reprime, só se maximiza. É gerada não uma escassez, mas uma abundância, um excesso de positividade” (HAN, 2018, p.57).

Seguindo para a abordagem de Bourdieu sobre o neoliberalismo, podemos destacar que uma das similaridades com Foucault, como destaca Laval (2020, p.23) é a fúria com que ambos se manifestam contra aos impactos do neoliberalismo na sociedade. Contudo, o volume de distanciamento de ambos sobre o conceito e sobre a temática, é significativo, sobretudo no delineamento do alvo: o neoliberalismo. Se Foucault se debruçava na ideia da governamentalidade a partir de uma gestão da vida e os regramentos que se sobrepunham ao indivíduo, Bourdieu se centrará na preocupação da desigualdade que o neoliberalismo acarretará.

Outro distanciamento está na forma como ambos se aproximam do conceito e do tempo. Já abordamos o cenário em que Foucault se aproxima do conceito, na década de 1970, sob uma perspectiva filosófica, a partir do curso no Collège de France (FOUCAULT, 2022). Já Bourdieu aproximaria mais tarde, na década de 1990, em uma perspectiva sociológica e impulsionado sobretudo por uma abordagem militante (LAVAL, 2020). Se, como destaca Laval (2020, p.31), Foucault percebe o neoliberalismo a partir de uma forma de governamentalidade centrada no individualismo, mas sem uma postura de um alvo a ser combatido, o sociólogo Bourdieu anos depois, destacaria o neoliberalismo encravado nas instituições, consolidando-se em um alvo político, e concomitantemente um objeto de análise e estudo no campo sociológico.

Marques e Vieira (2018), ao se debruçarem sobre a perspectiva de Bourdieu acerca do neoliberalismo, reforçarão o cenário francês dentro de uma perspectiva mundial de avanço de políticas neoliberais, com forte instrumentalização da política e do estado sob um instrumentalismo econômico. Isso ocorre sobretudo diante de medidas de precarização do trabalho e das políticas de seguridade social e de Estado Integracionista (VIANA, 2009) diante de um apelo do mercado instrumentalizado pelo Estado. Bourdieu ingressa em um dos focos de

resistência francês, sendo uma das principais vozes intelectuais no movimento de denúncia do avanço neoliberal. Parte deste esforço sociológico e militante de Bourdieu de repercussão na imprensa com textos críticos ao neoliberalismo seriam reunidos em duas publicações, o *Contrafogos (1998)* e *Contrafogos 2 (2001)*, que “que desferiram um poderoso ataque a visão material e simbólica de mundo dos novos liberais” (MARQUES & VIEIRA, 2018).

A teoria dos campos é central na interpretação do neoliberalismo em Bourdieu, pois sua leitura parte do pressuposto de que este se consolida na sociedade a partir das últimas décadas do milênio como uma utopia econômica, que se projeta com uma postura e discurso de pretensão científica, atendendo às lógicas de dominação de uma oligarquia, na unificação do mercado mundial e imposição de um cenário de concorrência em todas as esferas da vida social. Oras, na concepção de um plano de autonomia dos campos, o discurso do campo econômico assume um espaço de pressão nos demais campos, sobretudo impactando a autonomia do campo político, e isso não fora do estado, mas a partir do próprio estado e de um culto ao mercado (BOURDIEU, 1998), o que reforça a lógica neoliberal, que encontra na obra do sociólogo uma série de termos empregados quase que como sinônimos, como “revolução neoliberal”, “revolução conservadora”, dentre outros.

O questionamento que Bourdieu (1998) usa como pontapé do seu texto síntese sobre uma análise do neoliberalismo em *Contrafogos* reúne a crítica sobre as estratégias que considera uso recorrente do neoliberalismo, qual seja:

O mundo econômico seria de fato, como quer o discurso dominante, uma ordem pura e perfeita, desdobrando implacavelmente a lógica de suas consequências previsíveis e pronto a reprimir todos os erros pelas sanções que ele inflige seja de maneira automática, seja, mais excepcionalmente, através de seu braço armado, o FMI ou a OCDE, e das políticas drásticas que eles impõem, redução do custo da mão de obra, corte das despesas públicas e flexibilização do trabalho? [...] Essa teoria tutelar é uma pura ficção matemática, fundada, desde a origem, numa formidável abstrações - eu não se reduz, como querem crer os economistas que defendem o direito à abstração inevitável, ao efeito, constitutivo de todo projeto científico, da construção de objeto como apreensão deliberadamente seletiva do real- (BOURDIEU, 1998, p.136).

O poder simbólico, que desempenha um potencial de impor uma visão legítima, queda-se diante de um discurso do campo econômico, diante de um pressuposto de legitimidade conferida pela Ciência Econômica. Neste quadro, reforça Laval (2020), o neoliberalismo destacará uma similaridade teórica e ideológica, na medida em que sua essência no meio econômico é uma pretensão de imposição da ótica economicista para produção de efeitos ideológicos, e que é a partir de uma economia capitalista que vai se acelerar seus impactos na sociedade.

Esta visão economicista, que sacrifica uma postura sociológica, resultará em um poder que se predominará sobre os simbólicos e políticos, fazendo valer um discurso de verdade pelo qual o mercado é a chave de solução na sociedade para uma vida em liberdade econômica e próspera (BOURDIEU, 2001). Isso se dá não distante do Estado, mesmo que pareça contraditório que o próprio Estado seja o operador ou avaliador do discurso do estado mínimo e da privatização. Neste aspecto, o Estado é agente central, na medida em que reúne o potencial e monopólio da violência simbólica, e que o permite, portanto, fazer valer a ordem ou razão econômica à sociedade.

Assim, a partir das elites às quais atende, “o Estado impõe o novo princípio de construção do mundo legítimo e indiscutível, com o auxílio de todos os instrumentos do poder simbólico à sua disposição” (LAVA, 2020, p.238), como por exemplo a fala autorizada, as medidas e planos de regularização, o cenário legal legislativo e jurídico, dentre outros. O campo midiático é um dos instrumentos que o capital e o Estado se apropriam para propagar este discurso de suposta legitimidade do meio econômico. Ou seja, o capital midiático é fundamental como ferramenta de legitimação, sobretudo a televisão, que na própria dinâmica da audiência em detrimento à cultura incorporará a lógica comercial diante no lugar do interesse público e de uma função social.

Bourdieu (1998) vai destacar que o a razão econômica será colocada como dotada de um status científico, que no fundo busca confundir as coisas da lógica com a lógica das coisas, colocando o cenário social às margens de uma racionalidade que se reduz à um individualismo balizado pela concorrência e pelas lógicas do mercado. A individualização retira o território do social, o que busca justificar uma teoria que centraliza o mercado, e que tende a retirar os limites que regulamenta a economia. Bourdieu aponta, então, que o neoliberalismo força uma ruptura entre a economia e as realidades sociais, e pressiona a “construir desse mundo, na realidade, um sistema econômico ajustado à descrição teórica, isto é, uma espécie de máquina lógica, que se apresenta como uma cadeia de constrangimentos enredando os agentes econômicos” (1998, p.138).

Marques e Vieira (2018, p.330) vão apontar três aspectos que são estruturais na crítica bourdieusiana sobre o avanço do neoliberalismo. A primeira questão é que o neoliberalismo é uma abordagem ou um projeto de poder que opera pela conversão do discurso econômico como pressuposto da verdade, e que as suas dinâmicas devem ser centrais e garantidas pelo Estado, não por uma regulamentação, mas por uma ofensiva de livre mercado e de primazia da globalização e unificação econômica. Uma segunda questão é que a análise bourdieusiana é clara em indicar os beneficiários do neoliberalismo com a promoção de uma insegurança social



a partir de um dismantelamento de política sociais e de Estado Integracionista (VIANA, 2009), com foco na precarização que força na submissão dos trabalhadores.

Oras, para tanto, o fundamental desta ordem econômica que é alinhada sob a liberdade dos indivíduos “é efetivamente a violência estrutural do desemprego, da precariedade e do medo inspirado pela ameaça da demissão” (MARQUES & VIEIRA, 2018, p.331). O terceiro ponto é o que já destacamos sobre a centralidade do Estado como operador ou ferramenta de uso do campo econômico, sobretudo pela sua capacidade de concentrar as ferramentas de violência e de regular os campos.

Seguindo para uma terceira abordagem do neoliberalismo com foco sociológico, vamos abordar a perspectiva marxista, sobretudo a partir do geógrafo David Harvey (2005, 2011, 2017), dos economistas Gérard Duménil e Dominique Lévy (2011, 2014) e do filósofo e sociólogo Nildo Viana (2009). Os autores apresentam posturas interpretativa do neoliberalismo a partir de Marx. Iniciaremos pelo esforço de Harvey, alinhada à perspectiva dos economistas Duménil e Lévy, focadas na dinâmica das crises do capitalismo. A questão central nas abordagens marxistas é a do neoliberalismo como uma das respostas às crises contínuas do capitalismo. Como destaca Harvey ao se debruçar sobre a produção marxista (2005), a teoria da acumulação de Marx e as dinâmicas sociais e espaciais são importantes para reunir um arcabouço de leitura do cenário que permitiu a consolidação do neoliberalismo, dentro de um ambiente de contradições inerentes ao capitalismo.

A acumulação é o elemento central no modo de produção capitalista. Assim, a sociedade capitalista é expansível por sua natureza, e busca incessantemente sua ampliação. Essa obrigatória expansão, contudo, não surge necessariamente da cobiça do capitalista, mas sim de forças externas do próprio capital e da sustentação do seu sistema (HARVEY, 2005). O crescimento econômico é permeado de contradições e crise, sendo acidental um crescimento harmonioso ou equilibrado. Assim, destaca Harvey (2005, 2011), identifica-se a tensão considerando alguns fatores que são fundamentais para a expansão da acumulação, como mão de obra excedente - estímulo ao crescimento populacional, correntes migratórias, inovação que pressiona o desemprego etc-; oferta de meios de produção em quantidade necessária; e mercado para consumir as mercadorias.

A crise pode resultar na medida que encontra uma barreira em cada um destes pontos. Contudo, elas podem ser originárias da própria dinâmica do capitalismo. É o que Harvey vai pontuar quando afirma que “as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação” (HARVEY, 2005, p.43). Considerando o caráter dialético que Marx percebe nas etapas do modo de produção, uma crise pode afetar um ou várias partes deste todo. Ou seja, há uma

relação estrutural da crise. Harvey usa como exemplo a ideia de uma crise de realização, ou seja, na produção de mercadorias que não são vendidas. Isso é resultante pela necessária produção constante e em expansão sem considerar os limites do mercado. Expande o volume de produção, ampliam-se os lucros em detrimento dos salários, o que resulta na perda do poder de compra e uma contradição do sistema.

O problema aqui seria somente a demanda retraída pela falta de recurso. Não que não haja necessidade humana para o consumo do produto. Essa superprodução também pode ser interpretada como excedente de capital ou superacumulação, motivo gerador das manifestações das crises. Ademais, as crises seriam uma forma de contrapeso ou tentativa de uma racionalidade frente à liberdade do mercado. Mesmo que não ordenada ou lógica, a crise pressiona para ações arbitrárias para tentativa de regulação. Os problemas são os custos sociais resultantes destas ações, sobretudo quando as medidas não são suficientes para frear a crise e resulta em contradições sociais e lutas de classes.

Como reforça Harvey, as crises e as medidas de controle podem resultar em uma expansão e renovação da acumulação adicional, o que pode afetar, por exemplo, o aumento da produtividade com equipamentos mais sofisticados (barateamento dos equipamentos antigos); o aumento do desemprego e conseqüente redução do custo de mão de obra; o excedente de capital; bem como o esvaziamento de bens produzidos, resultante da demanda efetiva. Este último aspecto, destaca-se, pode pressionar para uma ação que aumentaria a absorção de produtos a partir de ao menos quatro frentes: primeiro pela atualização tipos de produção; segundo pela criação de novos produtos resultantes de novas necessidades fomentadas; facilitar o crescimento populacional (mão de obra e mercado); e expansão para novas regiões – mercado externo.

Após a Segunda Guerra, sobretudo impulsionado por políticas de intervenção do Estado, como por exemplo a partir de medida com o Acordo de Breton Woods, o capitalismo passa por um período de forte expansão, com crescimento de consumo significativo, baixos índices de desemprego etc. O milagre econômico, contudo, desencadearia também um processo de superprodução, pressionando para uma desaceleração produtiva, criando um quadro de queda dos lucros em todas as "economias capitalistas avançadas o principal responsável pela projeção da economia mundial de um longo boom num longo declínio entre 1965 e 1973" (BRENNER, 2003, p. 59).

É neste cenário de crise que o neoliberalismo se consolida como proposta de perpetuação do poder da classe dominante. Como destaca Duménil e Lévy (2014), o neoliberalismo é, portanto, um novo estágio do capitalismo resultante da "crise estrutural da

década de 1970. Ele expressa a estratégia da classe capitalista aliada aos administradores de alto escalão, especificamente no setor financeiro, de reforçar sua hegemonia e expandi-la globalmente” (DUMÉNIL & LÉVY, 2014, p.6).

Neste ambiente do neoliberalismo, destacam Duménil e Lévy, as lógicas econômicas tendem a se redimensionar para atender aos interesses de uma classe dominante com alta renda, tencionando ainda mais a concentração de recursos por uma parcela minoritária, e acentuando ainda mais as distâncias sociais. Como aponta Harvey (2005), e reforçam Duménil e Lévy (2014, 2011), a crise que resultou no neoliberalismo não foi a primeira estrutural na história do capitalismo. As crises são resultantes do modo de perpetuação do poder no capitalismo, sendo o neoliberalismo, portanto, apenas a mais recente ordem produzida pelo capitalismo para garantia do poder da classe dominante, a partir de estratégias de maior acentuação na concentração das riquezas e do poder, retirando a intervenção do estado na garantia de direitos mínimos dos cidadãos, removendo todos os limites de poder de renda das classes populares.

Outro aspecto é a expansão para além das esferas nacionais, dando nova amplitude à dominação do neoliberalismo, a partir da globalização, com práticas de livre comércio e circulação de capitais, em detrimento à soberania dos estados e da garantia de bem-estar social da população. É o que Harvey (2011) destacará ao indicar o neoliberalismo como um projeto político da classe capitalista como resposta à crise e ao sentimento de ameaça política e econômica desta classe ao seu poder de domínio. O neoliberalismo e as estratégias de fragilização da classe trabalhadoras e do estado – reforçadas por ações no polo ideológico e político - foi uma medida de controle da classe dominante diante do desespero de perda de poder. “É a partir de lá que emergiu o projeto político que chamarei de neoliberalismo” (HARVEY, 2011).

Na leitura de Harvey (2008) o neoliberalismo é uma teoria de práticas econômicas e políticas que pressupõe a liberdade empreendedora individual (bem como o fomento aos direitos de propriedade privada e de livre comércio) como uma das dimensões que aprimora a oferta de bem-estar humano. A função do estado é permitir esta liberdade econômica, e as condições e instituições que garantem a liberdade a partir do conjunto de leis, da polícia etc. Como aponta o geógrafo, a garantia destes direitos “arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais [...] A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos” (2008, p.77).

Outra demanda do estado neste ambiente de neoliberalismo é criar os mercados que ainda não foram estabelecidos, como exploração de terra, água, saúde, dentre outros. Não que o estado deva atuar nestes campos, mas investir no preparo do ambiente para o capital, e então

se retirar a um nível mínimo de atuação ou intervenção. A partir disso, o projeto político e econômico vai se organizando para aprofundar as condições de acumulação de capital das elites econômicas, criando, inclusive, um arcabouço discursivo de legitimação e justificativa das medidas de quebra do estado de bem-estar, em garantia da saúde do mercado. Afinal de contas, como um modo de pensamento político e econômico, o neoliberalismo se propõe dominante a partir de um aparato de mobilização e de impacto nos valores sociais. A questão da liberdade é central neste discurso (HARVEY, 2008, p.15).

Além disso, as bandeiras do neoliberalismo, dentro de uma perspectiva de classe, é a de uma desregulamentação do sistema econômico e do mercado e uma maior liberdade para o mercado criaria um cenário de crescimento econômico e de distribuição de renda. Contudo, o que se vê, é um cenário de centralização de renda e de aumento de desigualdade. Assim, como destaca Harvey, o que se sustenta é a manutenção do capitalismo e uma reconstituição do poder de classe, reforçado por posturas da elite em colar-se acima dos interesses comuns.

Como aponta Harvey, “se a política preferida das elites dirigentes é après moi le déluge (depois de mim o dilúvio), então o dilúvio leva de roldão em ampla medida os impotentes e os crédulos, enquanto as elites já preparam arcas em que poderão, ao menos por algum tempo, sobreviver muito bem” (2008, p.166). Segundo Harvey observando dados econômicos e sociais em países com vigência do neoliberalismo, o avanço econômico ou a produção de crescimento é restrita. Só em alguns países asiáticos é que no regime de acumulação neoliberal foi acompanhado por algum tipo de crescimento, mas sem garantia de redução de direitos.

A regra, por outro lado, é o aumento da desigualdade e perda de direito e segurança, como no caso do mercado de trabalho, em que há um aumento da economia informal de forma disparada no mundo. Diante de vários indícios de falência das ideias neoliberais, Harvey (2008) destaca dois pontos que justificam a defesa por parte de alguns governos e população em prol do neoliberalismo. Um deles é a volatilidade do crescimento geográfico, privilegiando mais em alguns pontos e menos em outros. Isso fornece uma sensação de que o sistema funciona, sempre tendo como referência um aspecto positivo para dar de exemplo.

O segundo aspecto é que o regime beneficiou, na prática, as classes mais abastadas, diferente do que preconiza a teoria do neoliberalismo, de que a prática é da garantia do avanço econômico e de bem-estar de toda a população a partir do livre comércio, da liberdade de empreendimento etc. E isso se deu, logicamente, às custas das parcelas mais pobres, como se justificasse o aumento da desigualdade como forma de estímulo ao mercado. “A crescente desigualdade social num dado território foi concebida como necessária para estimular o risco

dos empreendedores e a inovação que conferissem poder competitivo e estimulassem o crescimento”, destaca Harvey (2008, p.169).

Dentre alguns pontos de destaque sobre as mudanças ocorridas no neoliberalismo, um deles é a centralidade do mercado financeiro, ou seja, de medidas financeiras frente ao mercado produtivo. Um segundo aspecto foi a consolidação do mercado imobiliário especulativo, que é justamente resultante do fortalecimento do mercado financeiro e medidas de lucros especulativos. Outro aspecto é o avanço das tecnologias da informação, que conforme destaca Harvey, são as “mais úteis para atividades especulativas e para maximizar o número de contratos no mercado de curto prazo do que para melhorar a produção” (2008, p.170). A principal realização do neoliberalismo, segundo o geógrafo, contudo, foi redistribuir a riqueza, e não criar riqueza. Mas isso a partir do que Harvey vai chamar de “acumulação por espoliação”, operacionalizada a partir de quatro eixos, que resulta em uma série de desregramentos e de exploração como privatizações, mercadificação<sup>3</sup> de tudo, expropriação da terra, supressão de direitos comuns, mercadificação do trabalho, eliminação de direitos de classe, eliminação de projetos de laços sociais e de seguridade etc.

A primeira característica destacada por Harvey sobre a acumulação por espoliação é a privatização e a mercadificação. Aqui o que se consolida é a abertura de um capital que estava fora do alcance do mercado, mas também centrais para políticas públicas e sobretudo para atendimento aos direitos básicos da população, como saneamento, energia elétrica etc. Aqui também se destacam atividades de exploração e dilapidação de bens ambientais. No caso da mercadificação, existe o uso da lógica de mercado em serviços e direitos, como no caso do bem-estar social, da previdência etc. O domínio privado acaba se prevalecendo aqui. Assim, como reforça Harvey, “esses processos equivalem à transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe” (2008, p.173).

A financialização é o segundo aspecto, com o fortalecimento do sistema financeiro, com o aumento exponencial de transações financeiras, com a centralidade do setor nos sistemas de distribuição e redistribuição de rendas, inclusive em projetos de assistência. Um terceiro aspecto é a administração e manipulação de crises. Aqui cabe, por exemplo, o que no Brasil alguns pesquisadores e profissionais de auditoria vai identificar como o Sistema da Dívida,

---

<sup>3</sup> Segundo Harvey (2008), o termo mercadificação refere-se ao processo pelo qual bens e serviços, incluindo a força de trabalho, são transformados em mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado. Segundo o geógrafo, a mercadificação não é apenas uma questão econômica, mas sim um processo social e espacial que reflete contradições do capitalismo.

consolidado em uma trama decorrente de manipulações contratuais e de acordos entre o capital e o estado.

Neste caso, de forma subserviente, o estado vira refém de um sistema que draga recursos públicos para o setor financeiro interno e externo. Pagamento de rentistas e do capital especulativo. Como destaca Harvey (2008), é como criar de forma deliberada desemprego para ter um excedente de trabalho, o que permite uma acumulação de capital. Harvey (2008) reforça ainda a redistribuição via estado, que atua como agente de controle dos recursos mudando o fluxo para atender a classe dominante, como nos processos de privatização, ou ainda com políticas de desoneração da folha de pagamento para empregadores e outras medidas similares.

Na prática, o que vemos como custo do neoliberalismo é uma série de prejuízos para os direitos da população, para o estado, e para o meio ambiente. Dentre os tópicos destacados sobre essa degradação, Harvey começa a pontuar a partir da mercadificação de tudo na sociedade, como a história, a sexualização, ao casamento e demais instituições. Trata-se de estabelecer uma conversão em recurso, a estipulação de contratos. Se no sistema liberalismo o trabalhador já perdia sua condição de indivíduo social, dotadas de caráter etc, para convertê-los em formas de produção e mão de obra, no neoliberalismo essa mercadificação eleva esse processo a um outro patamar de coisificação na medida em que elimina seus direitos e proteção do trabalho, quer seja pela fragilização das instituições de representatividade e de identidade, como entidades de classe e sindicatos, quer seja pela desigualdade geográfica do capital que pressiona para um quadro de mão de obra descartável.

Outra medida de degradação é a ambiental. Ignorar resultados científicos que demonstram a fragilidade ambiental para atender o capital, ignorar a lógica da finitude da oferta de matérias-primas frente à insaciável demanda do mercado para atender o consumo. Estes são elementos de destaque no neoliberalismo, resultantes do individualismo consumista, ou ainda na relação de dominação entre países. As imposições de pagamento da dívida e de corte em recursos públicos, por exemplo, faz com que países menos desenvolvidos fiquem sem recursos para custear a preservação ambiental.

A liberdade de mercado e liberdades individuais estão na ponta do discurso neoliberal. Além disso, os contextos de curso descendente da acumulação capitalista e suas dificuldades, que seriam as formas de dismantelar o neoliberalismo, acaba sendo também algo proveitoso para o capital. Afinal, como reforça Harvey, “manter déficits é uma maneira de forçar reduções nos gastos públicos e que é mais fácil atacar o padrão de vida da massa da população e ao mesmo tempo reforçar a posição dos ricos realizados em meio ao distúrbio e à crise financeiros” (2008, p.206).

Destaca Harvey que, para tanto, deve-se estabelecer uma contestação das bases de poder fundamentais sobre as quais foi assentado o neoliberalismo. Neste caso, isso resultaria em ter que reverter a fragilização e abandono pelo estado, e o poder do capital financeiro. Fato é que Harvey destaca uma série de medidas e grupos que demonstram o descontentamento com a “liberdade” neoliberal. Assim, “a neoliberalização desencadeou uma onda de movimentos de oposição tanto dentro como fora de sua área de influência” (2008).

Uma das principais características do neoliberalismo é a fragilização das instituições de seguridade social e das instâncias de direitos do trabalho. O estado neoliberal, conforme destaca Viana (2009) ao defender a tese do capitalismo na era da acumulação integral, vem se consolidando ao longo da década de 1980 resultante de uma série de mutações do modo de produção decorrentes de uma necessidade de aprimoramento das formas de reprodução do capitalismo diante de um cenário de queda de lucro e extração de mais-valor.

A ideia de um “estado mínimo”, como preconiza o discurso ideológico do neoliberalismo, menos amarras entre fronteiras, privatizações e ampliação do aproveitamento abusivo em âmbito internacional para amplificar as estratégias de exploração. “O estado neoliberal tem o papel fundamental de criar as condições institucionais para o aumento da acumulação capitalista, o que o liga intimamente com a chamada reestruturação produtiva e com o neoimperialismo” (VIANA, 2009, p.32). O neoliberalismo, portanto, permite ao capital amplificar suas formas de exploração e de estabelecimento de estratégias de extração da mais-valia. Tal postura é operacionalizada não apenas pelo mercado, mas pelo Estado.

A perspectiva de Viana é que os efeitos do neoliberalismo sobre a sociedade, nos aspectos sociais, políticos e econômicos, são os mesmos na grande maioria dos pensadores que aprofundaram análises sobre o fenômeno político-econômico, sendo eles a primazia do mercado, redução do estado e conseqüentemente cortes de gastos públicos, repressão a partir da política e do Estado, promoção de privatização etc. Assim, uma das peculiaridades do olhar de Viana (2009) sobre o neoliberalismo é que há uma distância conceitual entre o que se propõe como leitura do conceito apropriado do liberalismo clássico, que vem a ser a ideologia neoliberal, que encontra as linhas gerais na obra de Frierich Hayek, e o que se formaria como o estado neoliberal. A ideologia neoliberal é anterior ao estado neoliberal, não sendo, contudo, o Estado Neoliberal resultante direto da ideologia neoliberal.

Em linhas gerais, encontraremos na ideologia neoliberal elementos como a ideia da extrema desregulamentação da economia por parte do estado, a primazia do mercado, a venda e privatização de todas as áreas de exploração, políticas de benesses ao capital, extinção de políticas de auxílio à redução da pobreza ou de distribuição de renda, dentre outros. Percebe-se



tais medidas nas políticas econômicas em várias partes do globo, sobretudo no fim do século . Como reforça o sociólogo, a ideologia do neoliberalismo é anterior ao Estado Neoliberal. Enquanto a ideologia nasce no cenário pós-guerra, e não alcança impacto social ou aplicabilidade imediata diante das medidas keynesianas, o Estado Neoliberal alcança ressonância na medida em que décadas depois o cenário de crise pressiona para uma remodelagem no modo de acumulação, ressaltando um modelo extensivo e intensivo, ou seja, que se propõe expansivo na medida em que se estabelece como replicável em um ambiente globalizado, e intensivo na medida em que acentua as práticas de exploração do trabalho para garantir a acumulação integral.

Com isso, nesta abordagem, criar uma relação entre ideologia neoliberal e a emergência do neoliberalismo pós anos 1970 é seguir ao contrário da compreensão de que o Estado Neoliberal é resultante de um contexto de transformações sociais específicas não relacionadas diretamente a um conjunto de teses originárias no Colóquio Walter Lippmann e da Sociedade Mont Pèlerin. Como apontado anteriormente, este Estado Neoliberal na leitura de Viana (2009) surge como resposta às necessidades de reprodução do capitalismo, diante das quedas das taxas de juros. Com isso, era “necessário aumentar a extração de mais-valor. Isto só poderia ocorrer aumentando-se a extração de mais-valor em escala nacional e internacional, o que significa aumentar a exploração em geral” (2009, p.78).

Para possibilitar o regime de acumulação integral, uma das formas é a instituição de um estado que permita a operacionalização de políticas de desregulamentação do mercado, pelas políticas de repressão e de vigilância social. Assim, o “Estado neoliberal é a forma estatal necessária ao novo regime de acumulação, o regime de acumulação integral, que é um complemento necessário ao processo de reestruturação produtiva e alteração nas relações internacionais” (2009, p.33). Para manter sua postura mais bem ranqueada diante do cenário internacional, o estado promove uma série de políticas de exploração e de privatizações que não consideram o estado de bem-estar social ou a seguridade dos cidadãos, assim, o “Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global” (HARVEY, 2008, p.76).

### **Sistematizando categorias para análise do discurso neoliberal na imprensa**

Como vimos, as direções aprofundadas pelos autores são amplas e em algumas vezes dissonantes na busca pelos contornos e essência do neoliberalismo e sobre seus reflexos na sociedade. Na perspectiva foucaultiana (2022), percebe-se no percurso da formação da

governamentalidade e da organização do estado na gestão dos corpos uma racionalidade neoliberal que reforça a percepção do mercado não como um resultado natural, mas como uma realidade organizada, o que indica a função do Estado na mediação. Por outro lado, há uma leitura de deslocamento da centralidade deste mercado na atualidade, não mais focado na troca ou na circulação de bens e serviços, mas centrado na performance e concorrência.

Assim, como reforça Foucault (2022, p.74), os efeitos “benéficos” concorrência serão “desigual e necessariamente repartidos entre um e outro, em benefício de um a custo do outro”, ou seja, a concorrência tende a gerar um benefício a apenas uma das partes, em detrimento a outra. Oras, o que se destaca nesta abordagem, é que na mesma perspectiva da concorrência como um fator que promove maior autonomia e performance individual para os cidadãos, a lógica é aplicada às instituições, dentre elas, o Estado, que além de desempenhar uma função de fiscalizador das regras do mercado para garantir a livre concorrência e o privilégio do mercado, é também levado a julgo destas mesmas regras, tendo aplicado a si também a dinâmica de concorrência.

Segundo Dardot (2016), não existe razão para “que o Estado seja exceção às regras de direito que ele próprio é encarregado de fazer aplicar. Muito pelo contrário, toda forma de auto isenção ou autodispensa de sua parte apenas o desqualificaria em seu papel de guardião inflexível dessas mesmas regras” (DARDOT, 2016, p.377). Para o autor, um estado moderno e adequado a tais abordagens deve buscar melhor performance diante da concorrência com outros estados, privilegiar o seu mercado e garantir as proteções aos seus indivíduos, fomentar a disputa e concorrência interna, e não estabelecer protecionismo.

O predomínio do discurso econômico é denunciado por Bourdieu sobre o avanço do neoliberalismo, ao perceber que ocorre um capital simbólico apropriado pelas classes dominantes, e consequentemente pelo Estado, como forma de justificar o privilégio da economia frente ao bem-estar social. Oras, é como se o discurso econômico, partindo de uma postura de suposta verdade científica (BOURDIEU, 1998) exposto midiaticamente, apresentasse um pressuposto da verdade, como validador, a partir das suas linguagens técnicas, de uma ofensiva do livre mercado e da primazia de uma unificação econômica a partir de um mercado global, sem amarras do Estado e sem limitações de fronteiras.

Fundamental destacar a quem atende a insegurança social ou ainda a precarização das condições de trabalho dentro de uma política neoliberal. O que aponta um embate de classes, em que o uso do capital simbólico é reunido para atender aos interesses das classes dominantes. Isso a partir de uma validação ou operação do Estado como um agente que facilita o uso de ferramentas de violência e de regulação dos campos. A partir da leitura marxista, Harvey (2008,

2005), Duménil e Lévy (2014, 2011), bem como Viana (2009) vão discorrer sobre o neoliberalismo como uma resposta do capitalismo a mais uma crise de acumulação, ou seja, como a intensificação do poder das elites, possibilitando a ampliação das formas de exploração e de estabelecimento de estratégias de extração da mais-valia.

A similaridade que podemos perceber em todas as perspectivas acerca do neoliberalismo é que a centralidade do mercado, de fomento ao individualismo e de fragilização do bem-estar é operacionalizada não apenas pelo mercado, mas pelo Estado.

Com base nos apontamentos dos autores que nos auxiliam a interpretar a dimensão do neoliberalismo, consideramos alguns aspectos que ajudam a estabelecer alguns elementos de defesa do neoliberalismo. Elementos que podem ser operados no discurso da mídia, considerando-a como um instrumento ideológico instrumentalizado para a reprodução do poder das classes dominantes. Importante ressaltar que a ordem de apresentação não considera qualquer julgamento de grau de importância, de intensidade ou qualquer outro julgamento qualitativo sobre os aspectos em que cada elemento desempenha para o discurso neoliberal.

Considerando o reforço da literatura a partir dos autores das perspectivas foucaultiana, bourdiana e dos autores que partem de uma leitura marxista sobre a forma como o Estado é central no neoliberalismo. O primeiro elemento que apontamos aqui é o da Invocação do Estado Neoliberal. Neste aspecto, percebe-se o destaque dos autores sobre a forma como o Estado é operador ou fomentador das políticas neoliberais. Desta forma, as práticas discursivas que buscam cobrar do Estado medidas de privatização, de fomento à participação da iniciativa privada ou ainda de facilitação de desregulamentação de setores ou serviços públicos podem ser identificados como estratégias apropriadas para defesa as medidas neoliberais.

Em diálogo com o elemento anterior, indicamos o uso da ideia de Estado Mínimo<sup>4</sup> como elemento do discurso neoliberal, na medida em que a literatura nos aponta a identificação de um Estado não apenas fomentador das práticas neoliberais, mas na medida em que se despe de todas as demais responsabilidades e funções que se pode ver no Estado de Bem-estar Social, como um Estado garantidor de direitos e de promotor de garantidor de políticas sociais.

---

<sup>4</sup> Oras, se o Estado é um agente de mediação e facilitador da ordem do mercado e do direito privado, a abordagem Neoliberal busca sua síntese, ou seja, que ele seja despido de qualquer outra atividade que não seja a de guardar os interesses do capital. Assim, o Estado Mínimo está vinculado ao conceito de um Estado não interventor e facilitador dos agentes econômicos, da mesma forma em que se despe de posturas de fomentador do Estado de Bem-Estar Social. Assim, conforme destaca Bobbio (1998, p.283), o Estado Mínimo é um “Estado que teria uma única função, a de proteger os direitos individuais contra toda e qualquer forma de violação. Nasceria do campo do direito privado, como desenvolvimento da autoproteção que os vizinhos de moradia a si mesmos se dão associando-se, ou como aperfeiçoamento de agências que protegem quantos obtêm tal proteção: a ordem política, instaurada pelo Estado mínimo, é assim explicada em termos não políticos”.

Na sequência da indicação dos elementos do discurso neoliberal, destacamos a Eficiência, como forma de legitimar as medidas neoliberais. Desta forma, como indicado pelas abordagens teóricas de Foucault (2022) e Han (2018), a dinâmica da luta de classes neoliberal pressiona para uma maior concorrência e performance dos indivíduos na sociedade, da mesma forma como aplica tais dimensões para o Estado. Assim, o “sujeito neoliberal como empreendedor de si mesmo é incapaz de se relacionar livre de qualquer propósito. Entre empreendedores não surge amizade desinteressada” (HAN, 2018, p.11). Na lógica do Estado, busca-se com o Estado Mínimo, e com um comparativo aos demais países uma forma de garantir melhor atendimento aos interesses do capital, e com isso maior eficiência.

De forma complementar, percebe-se o elemento da Modernização aplicado ao discurso neoliberal como forma de defender as políticas de fragilização dos direitos sociais, bem como a intensificação da acumulação do capital. O Estado moderno ou a ideia de modernização aplicada ao Estado é o da gestão focada para a desregulação do mercado, e de iniciativas focadas no capital.

A ideia da redução da autonomia do campo político e do Estado e favor da primazia do capital é o que está considerado na crítica de Bourdieu (1998), quando critica o culto ao mercado como pressuposto de que a lógica econômica deve se sobrepor à soberania dos Estados, ou ainda às políticas de seguranças sociais. Oras, reforça Bourdieu que o modelo neoliberal se apoia sobre dois postulados: “a economia é um domínio separado, governado por leis naturais e universais que os governos não devem contrariar com intervenções intempestivas; o mercado é o meio ótimo de organizar a produção e os intercâmbios de modo eficaz e equitativo nas sociedades democráticas” (BOURDIEU, 2006, p. 25). Com isso, percebe-se que o discurso neoliberal na perspectiva de Bourdieu aparece na Primazia da Economia como justificativa para as práticas neoliberais de redução do estado, de desregulação de direitos sociais, de privatização de setores geridos pelo Estado ou com interferência de entes governamentais que possam ser repassados à iniciativa privada.

Conforme aponta Foucault (2022), na leitura neoliberal, a promoção da igualdade ou de garantia de direitos sociais são posturas de interferência no livre mercado e na concorrência. Oras, na leitura do neoliberalismo, “uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. Ao contrário, ela deve deixar a desigualdade agir [...] as pessoas reclamam da desigualdade, mas o que dizer? A desigualdade é a mesma para todos” (FOUCAULT, 2022, p.192). Com isso, percebe-se que no neoliberalismo não há espaço para um Estado que se preocupa com questões sociais e com intervenção na economia de forma a garantir o Estado de Bem-Estar Social. Neste viés, um elemento que adicionamos à tabela é o de Redução da

Proteção Social, na medida em que o discurso busca perceber tais serviços como previdência pública, saúde, educação, políticas de distribuição de renda, como Privilégios e não como Direitos.

Por fim, dentre as categorias<sup>5</sup> do discurso neoliberal que indicamos com base na literatura, é a necessária liberdade Individual e Autonomia. Oras, se a lógica do Estado Neoliberal é não interferir nas dinâmicas do mercado, garantindo apenas os direitos básicos e garantindo a liberdade e direito ao patrimônio dos indivíduos, significa que há desregulação e condições aportadas pelo Estado de que cabe aos indivíduos liberdade para agir. Desta forma, diante da lógica neoliberal, o “governo não precisa intervir, já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas” (FOUCAULT, 2022, p.60). Oras, na teoria neoliberal, reforça Harvey (2011), há uma relação entre as liberdades de mercado e as liberdades individuais, ou ao menos uma interpretação de condicionantes. Assim, o “pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio é um elemento do pensamento neoliberal”.

Com base neste levantamento, sintetizamos os elementos que servirão de categorias para observar conteúdos de gênero informativo e opinativo nos jornais na busca por elementos do discurso neoliberal.

TABELA 1 - QUADRO DE CATEGORIAS DE ELEMENTOS NEOLIBERAL	
Elemento	Descrição
<b>Estado Neoliberal</b>	Estratégias discursivas que buscam indicar cobrança do Estado que manifeste ações em promoção do neoliberalismo. Destacam-se posturas que reforçam o papel do Estado como garantidor da liberdade econômica e facilitadora do mercado.
<b>Estado Mínimo</b>	Estratégias discursivas que critiquem o inchaço do governo, reforçando a postura de cobrar do Estado atuação apenas em questões relativas à garantia do livre mercado e do privilégio do setor econômico. Medidas de privatização, transferências de gestão de atividades lucrativas para a iniciativa privada, etc.
<b>Lógica da Eficiência</b>	Estratégias discursivas que fomentem a leitura da eficiência e da competitividade não apenas no Estado, mas nas relações econômicas e também nas demais instâncias da gestão da vida. Destaca-se aqui também estratégias como a de comparar governos como forma de indicar eficiência.
<b>Modernização</b>	Estratégias discursivas que cobram do Estado postura de ajustes ou desregulação de setores partindo do

<sup>5</sup> Considerando a perspectiva de Fairclough (2019) para a Análise Crítica do Discurso como uma ferramenta metodológica para compreender o discurso neoliberal, sobretudo operado pelas empresas que integram o capital comunicacional, as categorias marcas de manifestações e estruturas discursivas fundamentais para entender a interrelação entre linguagem, poder e sociedade. Desta forma, são elementos que podem ser mapeados e observados como aspectos que sintetizam ou que representam os elementos ideológicos no discurso.

	pressuposto de modernização da gestão. Assim, um Estado Mínimo, um Estado eficiente etc, é um Estado com gestão moderna.
<b>Predominância do Elemento Econômico</b>	Estratégias discursivas que buscam se apropriar das regras, habitus etc do mundo econômico para justificar medidas neoliberais, reforçando a centralidade do mercado.
<b>Redução da Proteção Social</b>	Estratégias discursivas que legitimam o Estado Mínimo criticando posturas do Estado de Bem-Estar Social, indicando que a sustentação ou gestão do estado nas medidas sociais são formas de assistencialismo ou de concessão de benefícios para determinadas categorias ou classes.
<b>Liberdade e autonomia</b>	Estratégias discursivas que critiquem a gestão do Estado que esteja além do pressuposto do neoliberalismo, como uma espécie de combate a um intervencionismo nas liberdades individuais.
<b>Fonte: autor (2023)</b>	

Conforme pode ser observado a partir da abordagem dos autores aqui indicados na leitura do neoliberalismo, e com base nas especificidades e descrição das categorias, considerando a unidade do discurso neoliberal, tais elementos não são excludentes ou substitutivos, mas o contrário, são complementares na defesa dos ideais neoliberais. Desta forma, é possível identificar a ideia de Eficiência para, por exemplo, justificar a defesa de um Estado Mínimo, ou ainda para defender as lógicas da Modernização na gestão pública. Por tal motivo, complementa-se o uso de tais categorias a partir da análise das ferramentas da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2019; DIJK, 2023), bem como os modos de operação da Ideologia (THOMPSON, 2009) e os padrões de manipulação da imprensa (ABRAMO, 2016).

### Considerações finais

Ao longo da proposta do quadro de elementos do discurso neoliberal junto ao capital comunicacional, discorreremos sobre o poder que as empresas do capital comunicacional desempenham na sociedade contemporânea<sup>6</sup> (VIANA, 2020) e como instrumento que integra os aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1978) desempenhando não apenas as funções de controle das massas e de administração da opinião pública, mas também como um instrumento empregado pelas classes dominantes como reproduz das contradições da

<sup>6</sup> Para Viana (2020), o capital comunicacional é resultante do processo de concentração midiática no contexto do capitalismo na era da acumulação integral. "O capital comunicacional não é apenas estabilizado da sociedade capitalista, mas também reproduz de suas contradições. Os meios oligopolistas de comunicação não são neutros e servem aos interesses do capital" (VIANA, 2020, p.65).

sociedade capitalista. A partir desta ótica, destacamos no presente estudo que o interesse dos donos de jornais que integram a imprensa comercial, busca preservar o status quo a partir da ideologia abordada reiteradamente pelos veículos, percebendo esta ideologia não como uma “ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZÁROS, 2004, p.65). Ela não é superada na sociedade de classes, e se mantém a partir de uma reconstrução constante a partir de uma articulação de “conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos” (MÉSZÁROS, 2004, p.65). É a reprodução do poder da classe dominante não pela força repressora, mas sim a partir da força ideológica, no que Althusser destaca como aparelhos ideológicos de Estado. Neste aspecto, a imprensa integra o rol de aparelhos ideológicos na medida em que atua como instituição especializada em reproduzir as relações de produção e exploração do capitalista (ALTHUSSER, 1978, p.63). Se a proposta é buscar identificar a reprodução do poder de classes e de visão de mundo nos jornais, faz-se necessário nos aproximar na leitura e compreensão sobre o discurso ideológico empreendido pelos donos dos jornais. Para este empreendimento, propõe-se o uso de recursos metodológicos da Análise Crítica do Discurso (ACD), orientados por Fairclough (2019), para quem a prática discursiva contribui “para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças), como e’, mas também contribui para transformá-la”. Por fim, a partir da leitura de Foucault (2002), Han (2018), Dardot (2016), Bourdieu (1998), Harvey (2008, 2005), Duménil e Lévy (2014, 2011) e Viana (2009) alcançamos um quadro que sintetizava os principais recursos discursivos de defesa das ideias neoliberais para que pudéssemos analisar a forma como a família reproduziu sua posição de classe e seu poder a partir dos editoriais. A imprensa, desta forma, integra o que Dijk denomina de Elites Simbólicas, que ocupa lugar junto com as elites políticas e econômicas, e cujo papel é sustentar o aparato ideológico que permite a reprodução do poder, ou seja, a “voz da elite é, frequentemente, a voz do patrão empresarial ou institucional. Os interesses e as ideologias das elites não são, em geral, fundamentalmente diferentes dos interesses e das ideologias dos que pagam seus salários ou lhes dão apoio”. (DIJK, 2023, p.43).

## Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

BATISTA, Bruno Nunes. *Foucault e a genealogia do neoliberalismo*. Movimento – Revista de



Educação, Niterói/RJ, v. 6, n. 11, p. 137-159, jul-dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2. Por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRAGA, Lisandro. *Neoliberalismo discricionário e discurso do bloco dominante no Brasil (2015-2019)*. Revista E-1@tina. Volume 18, número 71, abr-jun de 2020.

BRAGA, Lisandro. *Capital comunicacional e discurso do poder*. Revista Enfrentamento, v. 10, p. 102-126, 2016.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha - os Estado Unidos na economia mundial*. RJ. Ed. Record, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?* Pesquisa e planejamento econômico, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.

DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIJK, Teun van. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2023

DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A crise do neoliberalismo na história do capitalismo: 2008-2011, os dois primeiros atos. In: *The Crisis of Neoliberalism*. Harvard University Press, 2011. Disponível em < <https://www.cepremap.fr/membres/dlevy/dle2011n.pdf> > Acesso em 22 de janeiro de 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978 –*

1979). São Paulo: Martins Fontes, 2022.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUILBERT, Thierry. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas: Unicamp, 2020.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica e Neoliberalismo*. Belo Horizonte, Ayiné, 2018.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: histórias e implicações*. Loyola: São Paulo, 2011

HARVEY, David. *Neoliberalismo, projeto político*. Entrevista com David Harvey. Concedida a Bjarke Skærlund Risager. Tradução: Inês Castilho. Instituto Humanitas Unisinos, 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568205-neoliberalismo-projeto-politico-entrevista-com-david-harvey>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Elefante, 2020.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos*. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 415, ago. 2021. Disponível em <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD415.pdf>> Acesso em 22/01/2021.

MARQUES, José Elia ; VIEIRA, Renato Gomes. *Pierre Bourdieu e o neoliberalismo*. Revista Plurais , v. 8, p. 313-331, 2018.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORAES, Dênis. *Poder midiático e disputas ideológicas*. Rio de Janeiro: Consequências, 2019.

TUCHMAN, Gaye. *Making News: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida: Santuário, 2009.

VIANA, Nildo. *Tese sobre o capital comunicacional*. Goiânia: Enfrentamento, 2020.

WILLIAMSON, John. 'What Washington Means by Policy Reform', in J. Williamson (ed.) *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Washington, DC: Institute for International Economics, 1990. Disponível em <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/624291468152712936/pdf/766500JRN0WBR000Box374385B00PUBLIC0.pdf>> Acesso em: 12/01/2021.

**Resumo:** O presente trabalho busca observar a relação entre o capital comunicacional e a reprodução do poder das classes dominantes através da imprensa. Resultante de debate de tese de doutoramento em Sociologia na UFPR, o debate aqui apresentado propõe a organização de unidades de significado, ou seja, categorias de análise, para serem aplicadas em pesquisas que buscam mapear e identificar as marcas do discurso neoliberal junto ao capital comunicacional. Assim, a proposta central do estudo é sistematizar categorias que permitam observar e mapear as estratégias discursivas nos jornais, especialmente no contexto do neoliberalismo. Buscamos ancorar as delimitações das categorias a partir de uma abordagem nas contribuições marxianas, de Foucault e Bourdieu acerca do neoliberalismo. De forma adicional, entendemos desta forma tais categorias dentro das premissas da Análise Crítica do Discurso (ACD), como um método que permite investigar as dinâmicas de poder presentes nos discursos midiáticos.

**Palavras-chave:** Capital comunicacional; Neoliberalismo; Análise Crítica do Discurso; Hegemonia; Ideologia.

**Abstract:** This paper aims to observe the relationship between communicational capital and the reproduction of power by dominant classes through the press. Resulting from a doctoral thesis debate in Sociology at UFPR, the discussion presented here proposes the organization of units of meaning, or categories of analysis, to be applied in research that seeks to map and identify the marks of neoliberal discourse alongside communicational capital. Thus, the central proposal of the study is to systematize categories that allow for the observation and mapping of discursive strategies in newspapers, especially in the context of neoliberalism. We seek to anchor the delimitations of these categories based on contributions from Marxian theory, as well as from Foucault and Bourdieu regarding neoliberalism. Additionally, we understand these categories within the premises of Critical Discourse Analysis (CDA) as a method that enables the investigation of power dynamics present in media discourses.

**Keywords:** Communicational capital; Neoliberalism; Critical Discourse Analysis; Hegemony; Ideology.

\* Artigo recebido em: 05/05/2024

\* Artigo aceito em: 11/09/2024.